



A NOVA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E OS DESAFIOS PARA O PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

The new Common National Curricular Base and the challenges for the Portuguese Language Teacher

Helkely Martins Oliveira Ribeiro¹

Resumo

No presente estudo, refletir-se-á sobre os desafios das propostas metodológicas da nova BNCC (Base Nacional Comum Curricular) que vem ressignificando, de alguma, forma a vida profissional, a escolha da temática parte do pressuposto de que a BNCC, estabeleceu uma nova forma de ensinar língua portuguesa, com foco na oralidade, leitura, escrita, produção de textos e interpretação de textos. Os alunos devem ter a oportunidade de se expressar e compreender os textos lidos. A BNCC também incentiva o uso de novas tecnologias, como jogos, aplicativos e vídeos, para aprender a língua portuguesa. A presente pesquisa tem como objetivo, descrever os principais desafios didático-metodológicos de natureza prática para os professores na implementação em sala de aula em consonância com a BNCC no projeto político-pedagógico. Optou-se por uma pesquisa qualitativa e quantitativa, adotando como procedimento técnico pesquisa documental e bibliográfico onde se fez o levantamento operacionalizado através de análises. Os resultados evidenciam que embora ainda existam algumas áreas que precisem de aprimoramento, a BNCC tem o potencial de melhorar significativamente o ensino em nosso país. Ela oferece um maior foco na aprendizagem e na formação de habilidades dos alunos, permitindo que eles desenvolvam uma melhor compreensão das disciplinas que estudam. Além disso, a nova BNCC incentiva uma abordagem mais inclusiva e permite a adaptação de conteúdos para atender às necessidades e interesses dos alunos. A BNCC também apoia a criação de ambientes de aprendizagem mais colaborativos e interativos, bem como melhores trabalhos de conclusão de curso.

Palavras-chave: Educação. BNCC. Projeto Político-Pedagógico. Língua Portuguesa.

Abstract

In this study, we will reflect on the challenges of the methodological proposals of the new BNCC (Common National Curricular Base) that has been reshaping, somehow, the professional life, the choice of theme is based on the assumption that the BNCC, established a new way to teach Portuguese language, focusing on orality, reading, writing, text production and interpretation of texts. Students should have the opportunity to express themselves and

¹ Mestra em Educação pela Universidad de La Integración de Las Américas. E-mail: helkelyribeiro1979@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7051-4352>.



understand the texts read. The BNCC also encourages the use of new technologies, such as games, apps and videos, to learn the Portuguese language. The present research aims to describe the main didactic-methodological challenges of practical nature for teachers in classroom implementation in line with the BNCC in the political-pedagogical project. It was opted for a qualitative and quantitative research, adopting as technical procedure documentary and bibliographic research where the operationalized survey was made through analysis. The results show that although there are still some areas that need improvement, the BNCC has the potential to significantly improve education in our country. It provides a greater focus on students' learning and skills training, enabling them to develop a better understanding of the subjects they study. In addition, the new BNCC encourages a more inclusive approach and allows for the adaptation of content to meet the needs and interests of students. The BNCC also supports the creation of more collaborative and interactive learning environments, as well as better coursework.

Keywords: Education. BNCC. Political-Pedagogical Project. Portuguese Language.

Introdução

O ensino de Língua Portuguesa na escola regular, já há algum tempo, passou a contar com orientações didático-pedagógicas constantes de documentos governamentais. Esses documentos trazem diretrizes para que se desenvolvam ações nos três grandes eixos da educação, ou seja, o ensino, a aprendizagem e a avaliação. No caso das aulas de língua portuguesa, há recomendações específicas que privilegiam a linguagem oral, a leitura, a escrita e a mediação do professor.

O ensino de língua portuguesa deve seguir da perspectiva de que a língua é um meio de interação social, sendo assim, o professor deve proporcionar oportunidades para que os alunos interajam com outros alunos, para que eles possam desenvolver suas habilidades de comunicação. O professor também deve se preocupar em proporcionar atividades lúdicas e criativas, como brincadeiras de rimas, jogos de memória e outras atividades que estimulem a criatividade e a imaginação. A leitura também é muito importante, pois estimula a reflexão e o desenvolvimento da compreensão leitora.

Ocasiona-se que em algumas situações, os professores acabam por referendar essas diretrizes monoliticamente, tomando-as muito mais como uma prescrição burocrático-pedagógica exigida pela escola que como objeto de reflexão e de constituição subjetiva. Isso ocorre devido à pressão para atingir resultados e à escassez de tempo para o professor desenvolver o seu trabalho.



Por isso, em vez de questionar e refletir sobre as diretrizes impostas, muitos professores acabam por aceitá-las de forma acrítica e aplicá-las mecanicamente. Com isso, perde-se a possibilidade de se construir um conhecimento mais significativo, que possa contribuir para a formação dos alunos e para o desenvolvimento de suas habilidades. Com base nesse cenário, a presente pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: De que forma a implementação de uma Base Nacional Comum Curricular impõe novos desafios ao professor de Língua Portuguesa no ensino de aprendizagem?

Sendo assim, o objetivo assumido para o desenvolvimento da pesquisa visa descrever os principais desafios didático-metodológicos de natureza prática para os professores na implementação em sala de aula em consonância com a BNCC no projeto político-pedagógico. A análise da BNCC é importante para que se possa conhecer melhor o que ela estabelece, para que, assim, sejam criadas e aplicadas as estratégias de ensino e aprendizagem mais adequadas, as quais considerem as particularidades e necessidades do contexto escolar. A análise também contribui para o aprimoramento das políticas educacionais, pois informa sobre os principais pressupostos da BNCC e sobre os desafios atuais da educação brasileira.

Desta forma, os gestores escolares poderão entender melhor a partir de qual diretriz estabelecer suas ações. Ademais, sob o ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa apontará as principais pesquisas a respeito do tema, discutindo os principais argumentos que demonstram os desafios enfrentados pelos docentes com as mudanças nas trilhas educacionais e também apresentando as sugestões e estratégias que deverão ser utilizadas pelos docentes no intuito de implementar a BNCC em nível de classe e, ao mesmo tempo, garantir que a aprendizagem do estudante seja efetiva.

Por fim, comenta-se que a BNCC é fundamental para o desenvolvimento do trabalho pedagógico do professor de Língua Portuguesa. Ela estabelece princípios e diretrizes que norteiam os processos de ensino-aprendizagem no ensino fundamental e médio. A BNCC aponta as competências que os alunos devem desenvolver ao longo dos anos de ensino e as habilidades que serão abordadas em cada etapa. Isso ajuda a orientar o planejamento do professor para a programação das aulas.

Além disso, a BNCC indica quais conteúdos devem ser trabalhados para que os alunos atinjam as competências estabelecidas. Isso facilita o trabalho do professor, pois ele pode selecionar materiais didáticos e outras ferramentas que sejam adequadas para a faixa etária



dos alunos. Por meio da BNCC, o professor também pode acompanhar os avanços dos alunos ao longo dos anos de ensino, além de fazer avaliações para identificar possíveis problemas de aprendizagem.

Em suma, a BNCC é uma ferramenta essencial para o trabalho pedagógico do professor de Língua Portuguesa. Ela auxilia na programação das aulas, na seleção dos materiais didáticos e na realização de avaliações para garantir o desenvolvimento das competências dos alunos.

O processo histórico da construção da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

O processo de construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) teve início com a edição da Lei nº 13.415/17, que instituiu a BNCC como diretriz curricular para todas as redes de ensino do país (BRASIL, 2017). A BNCC foi desenvolvida por meio de um amplo processo de diálogo e participação social, que envolveu milhares de profissionais da educação brasileira.

De acordo com Barros (2020), esse processo de construção da BNCC foi iniciado com a realização de uma grande Consulta Pública, que abriu espaço para discussão e elaboração coletiva das diretrizes da BNCC. A partir daí, foram realizadas diversas oficinas e seminários para discutir os conteúdos e orientações curriculares para a educação básica brasileira.

Depois de ampla discussão e construção coletiva, foi entregue à MEC a versão final do documento contendo as diretrizes da BNCC para a educação básica brasileira. Freire e Lacerda (2019), comentam em sua obra que, a BNCC estabelece os princípios e as orientações para a organização dos currículos da educação básica brasileira, com o objetivo de garantir o direito à educação de qualidade para todos os brasileiros.

Com a publicação da BNCC, as redes de ensino do país passaram a contar com uma diretriz curricular única que abrange todas as modalidades de ensino, do ensino infantil ao ensino médio. Para Lopes (2018) a BNCC é um marco para a educação brasileira, que pode contribuir para melhorar a qualidade do ensino oferecido no país. Tem-se ainda que a BNCC assume em seu texto o enfoque claro no desenvolvimento de competências e habilidades.

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos,



habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC (BRASIL, 2018, p. 13).

Entre as principais transformações trazidas pela BNCC no campo educacional, esse estudo elenca:

1. Maior ênfase na formação inicial e continuada dos profissionais da educação: a BNCC estabelece que os profissionais da educação precisam ser formados com conhecimentos pedagógicos, conteúdos e habilidades necessários para desenvolver um trabalho de qualidade.

2. Inclusão de conteúdos transversais: além de disciplinas específicas, a BNCC também inclui conteúdos transversais, como ética, diversidade, tecnologia e conhecimentos indígenas, que são importantes para o desenvolvimento de habilidades e competências dos alunos.

3. Estímulo à pesquisa e à criação: a BNCC busca incentivar os alunos a desenvolverem suas próprias habilidades criativas, estimulando-os a explorar temas de pesquisa e criar conteúdos originais.

4. Maior atenção às habilidades socioemocionais: a BNCC destaca a importância do desenvolvimento das habilidades socioemocionais dos alunos, como resiliência, consciência emocional, empatia e habilidades de comunicação.

5. Maior valorização da educação infantil: a BNCC dá ênfase à educação infantil, dando maior destaque ao desenvolvimento da capacidade de pensar, das habilidades sociais e da autonomia dos alunos mais jovens.

Com relação ao novo Ensino Médio, temos nas palavras de Costa et al., (2018) que, a BNCC tem como objetivo estabelecer diretrizes e princípios básicos para o ensino médio. Ela estabelece conteúdos e habilidades que os alunos devem adquirir durante os três anos de ensino médio. Esta base possibilita que os alunos tenham acesso ao mesmo conhecimento, independentemente de onde eles estudam. Além disso, ela permite que os professores possam elaborar planos de ensino com base nos conteúdos básicos estabelecidos pela BNCC.



Desta forma, os alunos podem se preparar melhor para o ensino superior com o conhecimento adquirido durante o ensino médio. Complementando esse contexto, Lima *et al.*, (2018) salienta ainda, que a chegada da BNCC na escola vem para dar novos rumos ao ensino brasileiro. Com a implementação desta nova base curricular, os professores terão acesso a conhecimentos modernos e relevantes para a formação de seus alunos. Além disso, a BNCC oferece aos professores diversas possibilidades de planejamento e organização de conteúdos, de acordo com as necessidades de cada escola.

Conforme Souza (2018) a maioria dos professores tem recebido a nova BNCC de forma positiva, pois acreditam que ela vai oferecer mais recursos e orientações para que eles possam desenvolver melhor seus trabalhos em sala de aula. Alguns professores também acreditam que a nova BNCC ajudará a melhorar a qualidade dos currículos e aprimorar as habilidades dos alunos.

Porém, esse autor ressalta que, há também alguns professores que têm recebido a BNCC de forma negativa, pois acreditam que ela pode dificultar ainda mais o trabalho deles já que ela pode exigir mais esforço e tempo para se adaptar às novas diretrizes (SOUZA, 2018), sendo este último o principal enfoque da presente pesquisa.

A nova BNCC traz ainda apontamentos sobre os recursos midiáticos em sala de aula, onde se tem que, as novas tecnologias, tais como aplicativos, computadores, tablets, smartphones, entre outras, podem ser incorporadas à metodologia de ensino da BNCC para aprimorar a aprendizagem dos alunos. Em concordância com esse contexto, Silva e Souza (2017) apregoam que, estas tecnologias são importantes para ajudar os estudantes a adquirir conhecimentos de maneira significativa e a desenvolver habilidades cognitivas. Além disso, a incorporação das tecnologias às aulas pode ajudar os professores a se manterem atualizados e a aprimorar suas metodologias de ensino.

Com base na experiência profissional dos autores da presente pesquisa, esse estudo aponta que de maneira geral, nas escolas do estado do Amazonas, a BNCC foi bem recebida pelos educadores e pelas autoridades locais, pois ela vem para contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e das condições de aprendizagem e formação dos alunos, alinhando os ensinamentos de todos os estados.

Os educadores também destacam a possibilidade de utilizar a BNCC como referência para a elaboração de materiais didáticos, aprimorando assim a qualidade de ensino. As



autoridades locais também elogiaram a BNCC, pois ela também serve como base para a elaboração e aplicação de políticas educacionais integradas no estado, garantindo assim o direito à educação de qualidade para todos os cidadãos.

A implementação da BNCC no Projeto Político-Pedagógico (PPP)

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) foi criado no Brasil na década de 1990 como parte da reforma educacional brasileira. De acordo com Silva (2007), o PPP foi projetado como um instrumento para orientar o trabalho educacional da escola e estabelecer diretrizes para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. O documento deve ser desenvolvido por todas as escolas brasileiras, públicas ou privadas, e é um dos principais instrumentos para a melhoria da qualidade educacional.

Oliveira (2006) comenta ainda que, desde sua criação, o PPP já sofreu diversas mudanças e adaptações em resposta às demandas da sociedade brasileira. As mudanças foram mais intensas durante a década de 2000, quando o Governo Federal implementou iniciativas de melhoria da qualidade da educação básica. Neste período, o PPP passou a incluir diretrizes para a implementação de programas de inclusão social e educacional, além de políticas de gestão escolar.

Mais recentemente, o PPP tem sido alvo de reformas que visam atender às demandas de uma educação que seja mais inclusiva e democrática. Essas reformas incluem diretrizes para o desenvolvimento de projetos socioambientais nas escolas, a promoção da educação em direitos humanos, o fortalecimento de políticas de enfrentamento ao racismo e à discriminação, entre outras.

Independentemente dessas transformações ocorridas nos últimos anos, para Santos (2020), o PPP exerce um papel fundamental na organização e na gestão da escola. Ele deve ser construído de forma democrática, pois é o ponto de partida para o trabalho pedagógico, permitindo que se estabeleçam diretrizes para o desenvolvimento da educação, considerando as realidades locais e os interesses dos diversos segmentos da comunidade escolar.

Em concordância com esse contexto, Carvalho (2010) acrescenta que, o PPP oferece à escola uma estrutura para definir e avaliar objetivos, programas e atividades educacionais. Ele também permite que a escola se mantenha atualizada e alinhada com as leis, normas e



diretrizes educacionais vigentes. Em sua obra Pimenta (2002), estabelece as principais funções do PPP, conforme pode ser observar,

1. Estabelecer o perfil do educando: o Projeto Político-Pedagógico deve definir o perfil do aluno que se deseja formar, de acordo com os objetivos educacionais específicos e com as diretrizes da política educacional da instituição.

2. Definir objetivos e metas: de acordo com os objetivos educacionais, o Projeto Político-Pedagógico deve estabelecer metas e objetivos que serão alcançados ao longo do processo de ensino-aprendizagem.

3. Estabelecer recursos pedagógicos: o Projeto Político-Pedagógico deve definir os recursos pedagógicos que serão utilizados para o alcance dos objetivos educacionais.

4. Estabelecer critérios de avaliação: o Projeto Político-Pedagógico deve estabelecer critérios de avaliação que serão utilizados para verificar o alcance dos objetivos educacionais.

5. Estabelecer ações de formação continuada: o Projeto Político-Pedagógico deve incluir ações de formação continuada para os profissionais da instituição, visando a melhoria da qualidade do ensino.

Com base nessas funções, esse estudo comenta que, para iniciar a construção do PPP é necessário que os participantes desenvolvam uma reflexão conjunta sobre a realidade da instituição e sobre as necessidades da comunidade escolar. É importante lembrar que o PPP não deve ser considerado como um documento estático, mas sim como um processo contínuo de construção e avaliação das ações realizadas pela instituição.

Nesse contexto, Maturano (2015) apregoa que, é importante também que os participantes estabeleçam metas e objetivos que sejam realistas e desafiadores, e que estejam alinhados com as diretrizes da instituição. Ao longo do processo de construção do PPP, é preciso discutir e definir as diretrizes de ensino, seus métodos pedagógicos, as condições de trabalho e formação dos profissionais, e os critérios de avaliação.

De acordo com Castro (2016), ao finalizar o PPP, é importante que seja realizada uma análise crítica para verificar se as diretrizes estabelecidas foram atingidas e se as metas e objetivos definidos foram alcançados. Além disso, é preciso que a instituição faça um acompanhamento contínuo do desenvolvimento das ações propostas, para que possam ser realizadas eventuais alterações e melhorias.



No que se refere à construção de um PPP de acordo com o novo currículo, Santos (2020) salienta que, é preciso buscar a integração e articulação entre as diversas áreas do conhecimento, bem como promover a reflexão sobre as possíveis abordagens pedagógicas que possam contribuir para o desenvolvimento dos alunos. De maneira geral, é possível definir que o PPP deve contemplar os seguintes elementos:

- Visão, missão e valores da instituição: de maneira geral tem-se,
 - Visão: Promover a excelência educacional para que nossos alunos sejam capazes de atingir seus maiores potenciais e se tornarem cidadãos responsáveis.
 - Missão: Fornecer aos nossos alunos um ambiente de aprendizado seguro, inclusivo e estimulante, onde eles possam desenvolver suas habilidades acadêmicas, criativas e sociais para se prepararem para o futuro.
 - Valores: Integridade, Excelência, Respeito, Inclusão, Compromisso e Responsabilidade.
- Concepção de educação e de formação de professores: deve ser centrada no desenvolvimento, na aprendizagem e na formação dos professores para serem cada vez mais eficazes e competentes no ensino. Nas palavras de Oliveira (2016) a formação de professores deve ser fundamentada numa abordagem multidisciplinar que considere a aprendizagem, a inovação, a tecnologia, a diversidade, o envolvimento dos alunos e o bem-estar em geral. Já o ensino deve levar em conta as necessidades individuais dos alunos e o ambiente social em que se desenvolvem.

Nesse sentido, comenta-se que os professores devem ter a oportunidade de desenvolver as suas competências e capacidades pedagógicas ao longo da sua carreira, promovendo a inovação, a criatividade e a capacidade de trabalhar em equipa. A formação de professores deve também ter em conta as necessidades sociais e culturais dos alunos, bem como a importância da diversidade e da inclusão.

- Objetivos educacionais e metodologias de ensino: esse devem levar em conta as seguintes diretrizes, conforme se coloca a seguir,
 - Objetivos educacionais:
 1. Desenvolver habilidades para pensar criticamente, resolver problemas e tomar decisões informadas.
 2. Estimular a curiosidade intelectual e promover o desenvolvimento mental.



3. Promover a colaboração, o trabalho em equipe e o respeito mútuo.
4. Preparar os alunos para o sucesso na vida acadêmica e profissional.
5. Estimular a criatividade e o pensamento inovador.

- Metodologias de ensino:

1. Aprendizagem ativa: envolver os alunos na construção do conhecimento e aprimorar suas habilidades de pensamento crítico.

2. Aprendizagem baseada em projetos: desenvolver atividades práticas para ajudar os alunos a compreender os conceitos e habilidades.

3. Educação flipped: reverter o modelo de ensino, permitindo que os alunos assistam aulas e façam lições em casa, enquanto as aulas em sala de aula são usadas para aplicar e discutir o conteúdo.

4. Aprendizagem colaborativa: criar grupos de trabalho nos quais os alunos podem trabalhar juntos para resolver problemas e compartilhar conhecimento e experiência.

5. Aprendizagem baseada em tecnologia: usar as tecnologias mais recentes para promover a interação, a colaboração e o compartilhamento de informações.

- Estabelecimento de critérios de avaliação: a presente pesquisa cita alguns,

1. Participação em aulas: será avaliada a capacidade do aluno de ouvir atentamente o professor e interagir de forma ativa com o conteúdo ministrado.

2. Realização de trabalhos: serão avaliados a organização e qualidade da execução dos trabalhos solicitados pelo professor, bem como a entrega dentro do prazo estabelecido.

3. Desempenho em provas: será avaliada a capacidade do aluno de compreender e aplicar corretamente os conteúdos ensinados.

4. Participação em atividades extracurriculares: será avaliada a participação do aluno em atividades extracurriculares, como palestras, oficinas, projetos, entre outros.

5. Comportamento: será avaliada a capacidade do aluno de se comportar adequadamente em sala de aula e em eventos, bem como a presença e a pontualidade.

- Estímulo à pesquisa e à criação: são fundamentais para o desenvolvimento de novos conhecimentos e aprimoramento de tecnologias. Por isso, os governos e as universidades costumam oferecer incentivos para estimular a atividade. Para Maturano (2015), estes incentivos podem incluir bolsas de estudo, financiamento para projetos científicos, premiações para trabalhos criativos e prêmios em dinheiro para pesquisadores. Os governos



também podem criar políticas que promovam a criação de empregos relacionados à pesquisa e à criação, como a concessão de incentivos fiscais e outros incentivos financeiros.

- Estabelecimento de parcerias com a comunidade: é essencial para o desenvolvimento de um ambiente escolar saudável e produtivo. A comunidade pode contribuir para o sucesso escolar de várias maneiras, como fornecendo recursos adicionais, incentivando os alunos a se esforçarem mais e oferecendo suporte emocional. Além disso, a comunidade pode ajudar a promover atividades que envolvam os alunos e fornecem oportunidades de aprendizado adicional.

- Promoção do uso de tecnologias educacionais: é um importante pilar para a modernização e melhoria da qualidade do ensino. O uso de novas tecnologias nas salas de aula ajuda a estimular a participação e o interesse dos alunos, além de proporcionar uma aprendizagem interativa e enriquecedora.

- Elaboração de normas para a gestão escolar: a presente pesquisa exemplifica algumas que podem ser administradas pela escola, conforme segue,

1. Estabelecer uma comunicação clara e consistente entre todos os membros da comunidade escolar, incluindo direção, professores, funcionários e pais.

2. Estabelecer e manter métodos de avaliação consistentes, imparciais e transparentes para todos os alunos, independentemente de sua origem, credo, raça ou gênero.

3. Manter um ambiente escolar seguro e saudável, proporcionando educação de qualidade para todos os alunos.

4. Estabelecer regras e regulamentos claros para os alunos, professores e funcionários, como horários de aula, vestimenta, comportamento etc.

5. Criar e manter práticas de equidade para todos os alunos, incluindo o acesso a oportunidades iguais e a recursos educacionais.

6. Utilizar recursos de forma responsável e eficaz, mantendo a qualidade do ensino e o bem-estar dos alunos como prioridade.

7. Garantir que todos os membros da comunidade escolar observem responsabilidades éticas, morais e legais.

8. Estabelecer um sistema de responsabilidade para assegurar que os professores e os funcionários cumpram as suas obrigações.



9. Promover a participação ativa dos pais e encorajar a colaboração entre a escola e a família.

10. Estabelecer regras para a utilização segura e responsável da tecnologia na escola, incluindo o uso de computadores, tablets, smartphones etc.

O Projeto Político-Pedagógico deve, portanto, ser construído de forma participativa e incluir ações que contemplem o novo currículo.

O foco do currículo está a serviço do desenvolvimento das competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. Essas são duas noções fundantes da BNCC. A relação entre o que é básico-comum e o que é diverso é retomada no Artigo 26 da LDB, que determina que os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

É necessário que se leve em conta a inclusão de todos os membros da comunidade escolar, bem como considerar a participação efetiva dos professores e dos alunos durante todo o processo de implementação do Projeto. Assim, é importante que o Projeto Político-Pedagógico da instituição esteja adequado à BNCC, de forma a oferecer aos alunos um ensino de qualidade, que contemple as diretrizes estabelecidas na base.

Para garantir essa adequação, é necessário que o Projeto Político-Pedagógico seja desenvolvido com base nas referências da BNCC, ou seja, nas diretrizes e princípios estabelecidos na base. É importante lembrar que o projeto deve ser feito em consonância com as especificidades da instituição, de forma a atender às necessidades dos alunos e da comunidade escolar. Além disso, é necessário que as metas e objetivos do projeto estejam alinhados com os preceitos da BNCC.

Os desafios impostos pela BNCC para os professores de Língua Portuguesa

Nos primeiros parágrafos da seção anterior foi comentado que a BNCC é fruto de amplo processo de debate e negociação com diferentes atores do campo educacional e com a sociedade brasileira. Ou seja, a BNCC foi desenvolvida com o objetivo de estabelecer um referencial comum para a educação básica no Brasil e contribuir para a melhoria da qualidade



do ensino, promovendo a formação de cidadãos que sejam críticos, conscientes, criativos e responsáveis.

Ela foi construída a partir de uma ampla consulta às redes de educadores, profissionais, gestores, conselhos estaduais e municipais de educação, entidades da sociedade civil e órgãos da administração pública, dando ênfase aos princípios da Gestão Democrática. Com esse discurso, o texto, carregado de intencionalidade, busca a legitimidade tão almejada.

Contudo, percebemos que logo na primeira seção o objetivo é fazer com que a proposta da BNCC seja concebida como um resultado participativo, socializado e democrático. Entretanto, na verdade, não são apresentados os pontos indesejáveis de se assumir uma política educacional nacional a partir de um currículo rígido. Entre as principais críticas ao discurso democrático na construção da BNCC, esse estudo aponta:

1. Falta de representatividade: a BNCC foi construída por representantes de áreas específicas, como educação, saúde, cultura e outras, mas que não refletem completamente a diversidade da sociedade brasileira.
2. Acessibilidade limitada: a BNCC é produzida para ser utilizada por todos, mas ainda existem barreiras para acesso a seu conteúdo e informações importantes.
3. Desigualdade social: a BNCC foi desenvolvida para promover a equidade, mas ainda existem muitas desigualdades sociais que impedem o acesso de todos à educação de qualidade.
4. Falta de transparência: o processo de construção da BNCC foi conduzido de forma discreta e sem o devido diálogo com a sociedade.

Outra questão importante está relacionada ao que a BNCC chama de aprendizagens essenciais. Aprendizagens essenciais são aquelas que consideramos fundamentais para o desenvolvimento de um indivíduo. Estas incluem competências e habilidades como pensamento crítico, comunicação, resolução de problemas, criatividade, trabalho em equipe, habilidades interpessoais, tomada de decisão, empreendedorismo, responsabilidade e outras.

A BNCC propõe um conjunto de aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidas ao longo da educação básica. Essas aprendizagens devem ser desenvolvidas de forma sistemática e contextualizadas, incorporando conteúdos das diversas áreas do conhecimento, contribuindo para a formação integral dos estudantes. Os norteadores da



prática desse tipo de Educação são reflexos do interesse em alcançar o máximo os mais altos níveis de “habilidades e competências” através da:

1. Promoção de oportunidades de aprendizagem significativas: a educação inclusiva deve criar oportunidades de aprendizagem significativas para todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou necessidades.

2. Promoção do desenvolvimento e aprendizagem individual: cada aluno é único e tem seu próprio ritmo de desenvolvimento. A educação inclusiva deve adaptar seus métodos de ensino para acomodar e acelerar o desenvolvimento individual de cada aluno.

3. Respeito às diferenças individuais: a educação inclusiva deve ser flexível o suficiente para acomodar diferentes necessidades individuais, habilidades e interesses.

4. Cooperação e colaboração: a educação inclusiva deve criar um ambiente de colaboração entre professores, alunos e pais, para que todos trabalhem juntos para alcançar os mais altos níveis de habilidades e competências.

5. Desenvolvimento de habilidades para a vida: a educação inclusiva deve ajudar os alunos a desenvolver habilidades para a vida, como a tomada de decisão, a resolução de problemas, a comunicação e a colaboração.

Dentro desse cenário esse estudo aponta que, discutir o ensino da Língua Portuguesa na atual conjuntura econômica, política, ética e social vivenciada no Brasil não pode, infelizmente, deixar de trazer à tona problemas e tensões. Em primeiro lugar, há a questão da falta de investimento na educação, que tem sido um dos principais gargalos para a qualidade do ensino oferecido nas escolas brasileiras. Isso tem se refletido diretamente na qualidade do ensino de língua portuguesa, com professores despreparados e aulas superficiais. Além disso, o acesso a material didático de qualidade e a tecnologias modernas também tem sido limitado, o que também dificulta o processo de ensino-aprendizagem.

Outro problema é o desinteresse dos alunos em aprender a língua portuguesa, em parte devido à falta de motivação e à falta de contato com a língua fora da sala de aula. Isso é agravado pela cultura de consumo de mídia de baixa qualidade, como a televisão, que impede que os alunos desenvolvam as habilidades de leitura, escrita e interpretação necessárias para o ensino da língua portuguesa. Ademais, a falta de políticas públicas que promovam o uso da língua portuguesa em todas as áreas da sociedade, como a publicidade, a literatura, o jornalismo e a cultura, também contribui para a desvalorização da língua portuguesa.



Porém a proposta da BNCC está inserida em um contexto em que se objetiva muito mais lançar propostas inovadoras nos documentos oficiais e alavancar índices e resultados de avaliações de larga escala do que efetivamente garantir que escolas, professores e alunos sintam na prática os reflexos positivos de tais propostas. De acordo com Azevedo e Damasceno (2017, p. 89),

Nesse novo cenário no qual se localizam as redes de educação pelo país afora, a avaliação, o índice da qualidade da escola, e o resultado do ranking do desenvolvimento tornam-se protagonistas. Os docentes, gestores e pesquisadores são incitados a mudar as concepções acerca do ensino e da gestão das aprendizagens para atender a essas demandas.

Acredita-se assim, que adotar um currículo básico comum calcado na realidade educacional seja uma necessidade urgente. Dessa forma, é necessário que sejam realizadas reformas educacionais que contemplem desde a revisão da grade curricular das escolas, passando pela formação dos profissionais da educação, até a produção de materiais didáticos e outros recursos que possam facilitar a implementação de um currículo básico comum.

Além disso, os governos devem estabelecer parcerias com entidades educacionais e outras organizações que atuem na área da educação, a fim de desenvolver um currículo básico comum que seja aceito em todas as escolas, o que permitiria que os alunos tivessem acesso a um ensino de qualidade em todo o país, independentemente de onde morem.

Se a linguagem é comunicação, pressupõe interação entre as pessoas que participam do ato comunicativo com e pela linguagem. Cada ato de linguagem não é uma criação em si, mas está inscrito em um sistema semiótico de sentidos múltiplos e, ao mesmo tempo, em um processo discursivo (BRASIL, 2018, p. 59).

Dessa maneira torna-se importante que a sociedade se envolva para ajudar a implementar esse currículo, pois isso significa que todos terão acesso a informações e conhecimento igualitário, o que é fundamental para o desenvolvimento de qualquer nação. Tem-se perspectiva de linguagem dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que, aborda a importância da língua na aprendizagem e na vida social dos alunos. O PCN salienta que a aquisição de línguas deve ser vista como parte integral do ensino e aprendizagem de todas as disciplinas.



Os PCNs enfatizam a importância da aquisição de línguas estrangeiras, pois elas fornecem aos alunos oportunidades para compreender e se comunicar com outras culturas. O PCNs também enfatiza a importância de promover o uso estratégico da língua para aprimorar o processo de aprendizagem. Além disso, o PCNs defende que a aquisição de línguas deve levar em conta o contexto social e a cultura dos alunos.

Ao entender a linguagem como interação social, o documento norteador da BNCC reconhece a importância da comunicação para o desenvolvimento de relações de qualidade entre professores, alunos, famílias e demais profissionais da educação. O documento incentiva a criação de um ambiente de aprendizagem que fomente relações sociais e culturais saudáveis, com vistas à promoção da diversidade e da inclusão.

Ao compreender a importância da linguagem como meio de interação social, o documento norteador da BNCC promove o desenvolvimento de competências comunicativas que são fundamentais para o aprimoramento da qualidade das relações interpessoais, o que torna o documento norteador da BNCC um documento extremamente positivo para a educação brasileira.

Ao assumir o papel de responsável, o professor é o responsável pela preparação e organização de aulas, pela seleção de conteúdos, pela orientação e aprovação das tarefas e pela avaliação dos resultados. Nesta condição, ele também tem a responsabilidade de preparar os alunos para a leitura e a interpretação de textos, para a criação de textos e para a compreensão de diversos gêneros de linguagem.

Como mediador/espectador, o professor deve apresentar o conteúdo de maneira intencional e com foco nos alunos. Ele deve acompanhar o progresso dos alunos e oferecer orientação e feedback. O professor também é o responsável por estabelecer metas de aprendizagem de forma que possa medir e avaliar os resultados das tarefas. Ele é o responsável por incentivar a discussão entre os alunos e por promover um ambiente de aprendizagem colaborativo. Por fim, o professor também tem a responsabilidade de promoção de práticas que estimulem a leitura, a escrita, a escuta e a produção de textos.



Considerações Finais

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) traz novos desafios para os professores, pois ela tem por objetivo estabelecer as diretrizes curriculares da educação básica. Isto significa que a BNCC define os conteúdos e habilidades que os estudantes devem desenvolver ao longo da educação básica. Com isso, fica a cargo do professor proporcionar o ambiente de aprendizagem adequado para que seus alunos desenvolvam essas habilidades e desenvolvam os conteúdos.

Desta forma, os professores devem repensar sua prática docente de forma a adequar seu trabalho à proposta da BNCC. Isto significa, além de atualizar-se sobre os conteúdos a serem trabalhados, que eles também devem adotar metodologias mais inovadoras e participativas, que permitam ao aluno desenvolver suas habilidades, como as habilidades de pensamento crítico e de resolução de problemas.

Portanto, a BNCC traz aos professores novos desafios, pois ela estabelece novos conteúdos e novas formas de ensiná-los. Os professores devem repensar sua prática docente e desenvolver novas metodologias para que seus alunos possam desenvolver as habilidades previstas pela BNCC.

Sendo assim, torna-se fundamental que haja um investimento maior na área da educação, com mais recursos para professores qualificados, materiais didáticos de qualidade e tecnologias modernas que estimulem o processo de ensino-aprendizagem. Além disso, é necessário que sejam criadas políticas públicas que incentivem o uso da língua portuguesa em todas as áreas da sociedade, para que ela possa ser valorizada e ensinada de forma eficaz.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, I.C.M.; DAMACENO, T.M.S. **Desafios do BNCC em torno do ensino de língua portuguesa na educação básica**. Revista de estudos de cultura, n. 7, jan. Abr. 2017.

BARROS, A.L. **BNCC: Uma nova abordagem para a Educação Brasileira**. São Paulo: Editora Moderna. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF. 1997.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.



- CARVALHO, R.B. **Projeto Político-Pedagógico: Uma Proposta de Trabalho.** São Paulo: Ática. 2010.
- CASTRO, M.A. **Projeto político-pedagógico: o planejamento da ação educativa.** Petrópolis: Vozes. 2016.
- COSTA, R. et al. **BNCC: a proposta para a Educação brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2018.
- FERREIRA, A.M. **Projeto Político Pedagógico: Uma Reflexão Prática.** São Paulo: Ibrasa. 2018.
- FREIRE, E.; LACERDA, M. **A Base Nacional Comum Curricular: Um guia para a inovação em sala de aula.** São Paulo: Editora Escala Educacional. 2019.
- LIMA, R. et al. **A Base Nacional Comum Curricular: aplicação na prática.** São Paulo: Editora Ática, 2018.
- LOPES, J.A.C. **A base nacional comum curricular na educação infantil: Uma visão crítica.** São Paulo: Editora Contexto. 2018.
- MATURANO, M. **Concepção e elaboração de projetos político-pedagógicos.** São Paulo: Papirus. 2015.
- OLIVEIRA, M.F. **Projetos Político-Pedagógicos na Educação: Teoria e Prática.** São Paulo: Cortez. 2006.
- PIMENTA, S.G. **Projeto político-pedagógico: uma abordagem histórico-crítica.** São Paulo: Cortez. 2002.
- S SANTOS, M.C. **Projeto político-pedagógico: teoria e prática.** São Paulo: Ática. 2020.
- SILVA, L.B. **Projeto Político-Pedagógico: uma experiência em educação.** São Paulo: Loyola. 2007.
- SILVA, M.S.; SOUSA, L.M. **BNCC: A Base Nacional Comum Curricular na Educação Básica.** São Paulo: Editora Saraiva. 2017.

Apresentado para avaliação 11/01/2023

Aprovado em 27/06/2024